Globethics Repository

Imbricações entre as tecnologias da reprodução assistida e a cultura da maternidade [Overlaps between the technologies of assisted reproduction and motherhood culture]

This page was generated automatically upon download from the Globethics Repository. More information on Globethics see https://www.globethics.net. Data and content policy of Globethics Repository see https://repository.globethics.net/pages/policy.

Item Type	Article
Authors	Machado, Ricardo
Publisher	Instituto Humanitas Unisinos - IHU
Rights	With permission of the license/copyright holder
Download date	2026-02-18 23:30:42
Link to Item	http://hdl.handle.net/20.500.12424/159008

Entrevista de Eventos

Imbricações entre as tecnologias da reprodução assistida e a cultura da maternidade

A pesquisadora Marlene Tamanini fala sobre os impactos sociais relacionados ao desenvolvimento das tecnologias de reprodução humana

Por Ricardo Machado

"Tomar maternidade como parte do trabalho da sociedade, tanto cultural como simbólico, metafórico, afetivo e político, poderia contribuir para desconstruir a insistência sobre uma determinada constituição do ser feminino e de sua compleição. Essa instância poderia estar fora da essencialização de uma vida, e ocupando um lugar nas escolhas como possibilidades, nunca o lugar da imposição", avalia Marlene Tamanini, pesquisadora e doutora em sociologia da Universidade Federal do Paraná. Na próxima quinta-feira, 04-04-2013, a pesquisadora realizará uma palestra na Sala Ignacio Ellacuría e Companheiros, no IHU, abordando o tema das implicações tecnológicas relacionadas à reprodução assistida e seus impactos sociais, sobretudo relacionado à questão de gênero. Marlene Tamanini é professora na Universidade Federal do Paraná – UFPR – e foca seus estudos nas abordagens de gênero. Realizou doutorado no Programa Interdisciplinar em Ciências Humanas – DICH pela Universidade Federal de Santa Catarina (2003) e doutorado sanduíche no Centre National de la Recherche Scientifique (CNRS/França em 2003). É autora dos livros *Reprodução assistida e gênero: o olhar das ciências humanas* e *Livro didático da disciplina de Sociologia* (Florianópolis: UFSC/Sc, 2009).

Confira a entrevista.

IHU On-Line – Como interagem a tecnologia da reprodução assistida e a cultura da maternidade como condição da felicidade feminina e da família?

Marlene Tamanini – As tecnologias da reprodução humana deslocaram suas representações dos seus campos primeiros nas décadas de 1980 e 1990. Neles eram focados aspectos que falavam de estimulação ovariana com protocolos, dito simples. Falava-se em inseminação artificial, bebês de proveta e raramente se apontava para a fertilização *in vitro*, ou para o diagnóstico preimplantacional, já utilizado neste contexto. Havia muitas reservas sobre estas práticas, sobretudo da parte do movimento feminista, que era contrário à medicalização dos corpos das mulheres. A discussão a respeito dos direitos sexuais e reprodutivos era bastante focada nos danos do uso dos hormônios e na separação entre sexo e reprodução, tanto para o campo dos direitos considerando-se a contracepção como para a pergunta a respeito de qual poderia ser a ética fronteiriça entre estimulação ovariana e a intervenção na sexualidade e na reprodução humana. Este discurso perdurou e perdura em muitos espaços. Nesse contexto demarcaram-se estudos importantes também sobre riscos para bebês e forjaram-se duas tensões entre as posições feministas: uma a de que as novas tecnologias conceptivas excluíam as mulheres sozinhas, lésbicas, transexuais e homossexuais e promoviam a família nuclear heterossexual como modelo ideal de ambiente para uma criança; a outra era a que entendia essas tecnologias como possuidoras de um caráter demasiado experimental em suas intervenções sobre os corpos das mulheres e sobre o que podem significar para a sua saúde e dos seus

bebês. Hoje a alta complexidade dos procedimentos não diz respeito somente aos hormônios, ovários e úteros. Está focada no sêmen e nos embriões. Contam sobremaneira, a alta qualidade dos gametas, os melhores embriões e os melhores produtos laboratoriais e tecnológicos para se fazerem filhos. Essa dinâmica constata-se tanto em relação aos que desenvolvem tecnologia voltada à melhoria da qualidade e da morfologia dos gametas, a avaliação da mobilidade e das reações na presença de inibidores como no desenvolvimento tecnológico que se volta para os congelamentos, à manutenção e a maturação dos óvulos e dos espermatozoides. Ou ainda, nas tecnologias para testes, experiências, controles, intervenções, reconstituições, aberturas, quebras de resistências sobre os gametas e sobre o controle dos riscos nos processos de laboratório. Gametas, óvulos e embriões tornaram-se particularmente rentáveis, exigentes em termos de pesquisa, prazerosos em suas possibilidades investigativas e desafiadores à engenharia da reprodução. Essa dinâmica visibiliza a normatização de órgãos e células, mais do que dos corpos, e mais do que de relações sociais, insere-se em uma biopolítica genereficada, altamente rentável, em conexão com os processos biotecnológicos e com a conformação entre desejo, ciência e tecnologias.

Maternidade, paternidade e felicidade

É esta conformação que faz uma profunda conexão entre a oferta de possibilidades a solução de problemas de infertilidade ou de infecundidade para casais homossexuais e a possibilidade de projetos de maternidade e paternidades propostos como felicidade para os casais e para o fazer modelos de família com filhos. Da parte médica, especialmente masculina, existe uma narrativa positiva a respeito da paternidade científica, da fabricação da ciência e da tecnologia; que resulta em um produto diferente, um ser vivo. A este aspecto agrega-se um elemento simbólico muito forte. Faz-se valer uma conexão com o processo criador que é experimentado de maneira intensa por especialistas e casais. Os especialistas encontram assim seu deleite a medida que falam e agem sobre embriões, óvulos, gametas, tecnologias e que extraem prazer do conhecimento, das trocas que fazem nos congressos, de onde relembram sobre como evoluíram desde as primeiras intervenções. Este contexto que é tecnológico também é biopolítico e emocional e está na ordem da formação de noções sobre fazerem-se filhos e da produção de corpos férteis, como noções não apenas biológicas, mas também sociais e institucionais, ou do domínio dos desejos, das emoções e dos vínculos com os diversos aparatos biotecnológicos. O eu que deseja filhos, quando sua busca é por meio de reprodução assistida, está envolto em um ato de desejar que é compartilhado pelo entorno biomédico e que não se separa de um alto investimento, tanto no objeto de desejo, o filho, quanto em tecnologia, mercado e confiança em sistemas que são propostos por peritos deste campo, e que também dizem respeito à intimidade, às dores ocultas, aos desejos de autoidentificação, à vontade de cocriar e às carências.

Assim, fazerem-se filhos nesses diversos arranjos é produzir um remédio (o filho) para uma doença – a infertilidade – e para as muitas situações de anomalias sociais, pessoais, familiares. São condutas argumentativas cujo teor leva uma mulher, mais do que o casal, ao extremo em sua busca; até que ela não possa mais.

IHU On-Line – De que maneira as relações de gênero são marcadas por tais avanços tecnológicos na área da reprodução?

Marlene Tamanini – Uma das áreas em que aconteceram importantes mudanças diz respeito ao sexo e à sexualidade. Hoje, como o foi no passado, o campo da maternidade continua ancorado na diferença dos corpos e dos gametas. Porém, em relação a sexo, este deixou de ser necessário à reprodução, embora grande parte da reprodução ainda necessite de gametas que se encontrem por meio de relação sexual. Dessa maneira, frente às relações de gênero relativas à reprodução, pode-se afirmar que, na medida em que esta dinâmica da biotecnologia dá entrada no campo da sexualidade reduzida ao seu aspecto reprodutivo, fica evidente um importante deslocamento de questões do imaginário do sexo para a esfera tecnológica. O sexo desaparece para dar lugar à ordem simbólica do tecnológico e de suas múltiplas possibilidades. Essa ordem de coisas, em reprodução assistida, articula argumentativamente e, para fins de aceitação dessas práticas, uma sexualidade procriativa, com relações sexuais medicalizadas. Assim, os sentidos da sexualidade, as dimensões do afeto, as relações de amizade, o contexto mais amplo da vida em sociedade e do trabalho são reduzidos frequentemente ao sofrimento, ao esforço e ao desejo de busca por um filho. Essa dimensão torna-se tão abarcadora e tão incomensuravelmente prioritária que reduz em muito outra possibilidade para essas mulheres, para alguns casais também, embora reduza menos para os homens individualmente. Uma vez no campo e nas metas da reprodução com ajuda tecnológica, o sentido dela se modifica; já não é o que parecia antes, subsumindo o da sexualidade, em qualquer modelo heteronormativo; ele modifica-se. Agora frente a uma injeção intracitoplasmática de espermatozoide, uma capacitação espermática, ou a uma vitrificação de gametas e/ou embriões, distancia-se ainda mais do sexo e da sexualidade. Caminha-se em direção às biotecnologias e ao imaginário da clonagem ou das hibridizações celulares e embrionárias, da seleção de embriões com maiores capacidades de implantação e sem doenças genéticas, aspecto que se vincula ao diagnóstico preimplantacional também.

Experimentação

Desse modo, toda a discussão sobre as materialidades envolvidas em processos reprodutivos torna-se suporte para o desenvolvimento e a

experimentação de outras práticas, cada vez mais distantes dos conteúdos que dizem respeito a experiência com o sexo reprodutivo. Essas se desenvolvem em uma arena de relações que atendem a fins comerciais e de políticas tecnológicas "dollyficadas", expressão que utilizo em uma clara referência a ovelha Dolly nascida sem sexo. O sentido mais tradicional da sexualidade focado na diferença dos gametas; talvez siga quase intacto em relação à prática laboratorial e à referência genética reprodutiva em geral, e se apresente com mais força nas representações sobre menopausa e velhice. A maternidade é o último grito de um corpo em constituição como ação e experiência desejada e subjetivada; as mulheres se tornam coparticipantes e corresponsivas desses "grandes feitos", um filho. Os homens nesse contexto não vivem normalmente o mesmo sentido reprodutivo, também porque não ouvem com frequência algum discurso sobre o seu envelhecimento reprodutivo, sobre seu sêmen, ou sobre a baixa capacidade espermática de fecundar. Sequer eles se colocam na necessidade de ter um filho no projeto de sua vida desde a mais tenra idade. A representação da paternidade não os acompanha com igual força desde meninos, e não se coloca de imediato frente a perspectiva de um casamento. A ideia de ser pai começa a rondar seu entorno quando a mulher manifesta-se falando ou buscando entender por que ainda não engravidou, é então que ela pressiona seu relacionamento trazendo esse tema. Igualmente, a invenção deste relógio biológico feminino se inscreve no registro do "corpo útil" em vez de um registro sobre o "corpo inteligível", expressões foucaultianas que não são do mesmo porte e nem cumprem igual função simbólica para o masculino. Desse modo, enquanto o corpo inteligível abrange representações científicas, filosóficas e estéticas, favoráveis à sexualidade masculina. O corpo útil só aparece como um conjunto de representações, de regras e regulamentos práticos para as mulheres referidos à maternidade e ao cuidado materno infantil.

O lugar da maternidade

Portanto, sexo só existe se reprodutivo. No caso da mulher, a maternidade segue-se definindo-a e ocupa um lugar fundador do seu ser, que só desta maneira tem uma identidade reconhecida no cerne deste tipo de abordagem. Esta se refere à ordem reprodutiva e, em reprodução assistida é a maternidade que a define, ainda que as circunstâncias atuais dos estudos tenham marcado importantes mudanças relativas à família e à sua organização. E, ainda que as relações vinculadas à conjugalidade e ao parentesco se encontrem bastante mais inseridas nos valores democráticos da igualdade entre os sexos e, em muitas organizações sociais, políticas, econômicas, familiares, educacionais, de saúde, de direitos e de coparticipação na cidadania; e embora em muitos países a mãe, paradoxalmente, segue ora sendo sujeito de direito e ora perdendo o que lhe foi um dia reconhecido. A maternidade, como uma escolha pertencente ao campo da autonomia das decisões, da liberdade, do conhecimento e da ética de si das mulheres, ainda segue titubeante frente a atender a um processo de naturalização e essencialização, ou a ser uma escolha como parte de sua autonomia. Encarar a maternidade como parte do trabalho da sociedade, tanto cultural como simbólico, metafórico e afetivo, poderia contribuir para desconstruir a insistência sobre uma determinada constituição do ser feminino e de sua compleição. Essa instância poderia estar fora da essencialização de uma vida, ocupando um lugar nas escolhas, nas possibilidades, mas nunca o da imposição. Desse modo, a experiência com um corpo fora desse significado impositivo já não lembraria a dor, a depressão ou a "morte" social, que se traduz em ausência de reinserção social pela qualificação da mãe, pela ausência dos sinais externos referidos à gravidez, aos filhos e, no que tange ao vivido, como sendo a eminência de um processo intenso de envelhecimento, de perda de afetos e das redes de participação e reconhecimento social, especialmente quando não os tem.

IHU On-Line – Como esse avanço científico resulta em uma cultura em que ter filhos se torna quase uma obrigação?

Marlene Tamanini – A primeira questão a se considerar para responder a esta pergunta talvez diga respeito a uma outra pergunta: Seria o desejo de filhos sempre compulsório? Quando observo os conteúdos das falas de mulheres, tanto em situação de entrevista quanto em relação aos materiais coletados de sites de clínicas, estas clínicas que mantêm os depoimentos das mulheres a respeito de seus médicos e de seus tratamentos, ou ainda quando analiso os conteúdos de blogs de mulheres narrando sua experiência com a busca por filhos, observo que a maternidade é frequentemente tratada como um lugar da libido colonizada, expressão que tomo de empréstimo de Bensunsan (2006). Desde este lugar o filho ocupa um espaço tão vital na esfera do desejo que ele povoa todo o imaginário de quem o busca. Nesse contexto, portanto, o desejo é habitado por imagens, canções, poesias, sonhos, tais como os que retirei de alguns sites de clínicas espanholas e que as apresento recortadamente por meio dos títulos, isso para dar uma ideia aos que me leem de qual é o tipo de conteúdo que povoa o imaginário de quem faz da saga sobre como ter um filho grande parte do seu investimento biopsíquico-emocional, expressão maussiana, além da realização de grande investimento econômico.

As canções e as poesias falam de *Un muñeco de carne, mitad de mi, tu mitad yo, vientre de cuna, la dulce espera, milagro, cancion para mi bebe, para mi bebe que esta por nacer, carta para mí bebe, diário para mí bebe, carta de un bebe a su mamita, carta para mí hijo que aún no existe*, dentre tantas outras. Estas expressões são marcas de um desejo, um desejo compulsório, no sentido de que ele corresponde ao instituído e aos efeitos do processo de sua instituição com cor-

respondência da vontade, sobretudo por parte das mulheres. Seja os discursos, as imagens, os sonhos vendidos, os sucessos relatados, acalentam esperanças e são parte de um contexto de significados produzidos por sujeitos. Apresentam-se como amparo à sua dor por ausência, ou como suporte à sua luta para ressignificar a relação pessoal com o mundo em que vivem, com seus contextos culturais, ou com sua relação conjugal.

Contextos heterossexuais e homossexuais

Evidentemente, contextos heterossexuais e homossexuais parecem demarcar experiências que têm como pontos de partida e como desejos conteúdos diferentes a respeito da busca por reprodução assistida. Assim, a vontade de legitimar a relação por meio de um filho ou filha parece ser apresentada com mais frequência por mulheres em conjugalidade lésbica do que entre casais héteros, que parecem se voltar muito mais a sanar uma doença da infertilidade que, em muitos casos, terminam por transparecer ser uma exclusividade da mulher, aspecto que não se encontra em relações lésbicas, estudas por Amorim (20130, por exemplo, em que a busca é parte constitutiva de uma relação de duas pessoas que querem consolidar sua vida com filhos.

Ser mãe em casamento heterossexual – campo que eu investigo – é pensar-se dentro do que se compartilha pelo saber clínico, científico e social, como ser normal, ser como muitas mulheres o são, "ser mãe como minha mãe", dizia uma entrevista no trabalho de Fitó (2009). Evidentemente, estes aspectos, além das questões vinculadas aos sentidos compartilhados nas representações que circulam pelas relações sociais, nas instituições, entre amigos, entre familiares, no trabalho, nas clínicas de ginecologia e obstetrícia, também dizem respeito aos projetos pessoais e aos significados criativos dados à própria vida. Eu não os nego, e estes ganham força no campo dos avanços científicos na medida em que se conectam em muitas interfaces de saberes, poderes, discursos e possibilidades para se fazerem filhos. Portanto, quando se coloca a pergunta: "Como esse avanço científico resulta em uma cultura onde ter filhos se torna quase uma obrigação?", eu deveria me reportar a uma história longa que diz respeito às práticas científicas sobre a reprodução e os muitos mitos e representações a relativos à fertilidade, infertilidade, bem como aos diferentes conteúdos que fazem este campo com suas datações. Na ausência de poder fazê-loneste texto, me detenho a dizer que um conjunto de ideias vem sendo produzidas no que tange ao que eu costumo chamar de reprodução global. Isso que envolve fertilidade, infertilidade, quantos filhos ter, contracepção, queda de fecundidade, envelhecimentos da população, novos arranjos familiares, venda de produtos reprodutivos, tecnologias para gametas e embriões, circulação e doação de gametas e úteros, tudo o que constitui um investimento global em reprodução humana faz este campo e estes desejos. Desde os produtos dos corpos até os laboratórios e os grandes mercados conceptivos, com seus grandes sacerdotes que são os especialistas de diferentes e ampliadas perspectivas profissionais tais como: ginceologistas, bioquímicos, biólogos, embriologistas, técnicos de laboratório, endocrinologistas, psicólogos, pediatra, anestesiologistas, advogados, tradutores, adminsitradores de empresas, geneticistas, andrologistas, urologistas. A ausência de filhos é um tema mais complexo que sua leitura como um problema de infertilidade física. A maternidade implica uma construção que se inicia muito antes de chegar a enfrentar-se com qualquer sentido de decisão para ser mãe.

IHU On-Line – Que relações se estabelecem entre os interesses tecnológicos, de mercado, biomédicos e a necessidade da maternidade e paternidade biológicas?

Marlene Tamanini – As representações e as imagens diversas em reprodução assistida encontram-se disponíveis para: Ilustrar tecnologias, informar sobre processos corpos e células, propor soluções clínico/médicas aos quadros de infertilidade, gerar esperança, vender ideias e emocionar. Além de servir para comparar possibilidades entre clínicas, países, profissionais, técnicas, materiais de cultivo em laboratório. Para produzir saberes, traduzir conhecimentos, envolver os compradores, instituir significados, organizar sentimentos. Assim escrutinar e persuadir. Dar impulso a narrativas de mundo, mais ou menos homogêneas sobre maternidades, paternidades, famílias, filhos por meio da tecnologia, das biotecnologias. As informações são sobre o corpo e as células, mas fazem uma identidade composta com células, órgãos, embriões que são tanto biológicas, tecnológicas, químicas, estéticas, midiáticas, e sentimentais, tanto quanto políticas. Propõe-se um desejo de maternidade, e como adendo a ele a paternidade, que pode ser o que é alienado de si, e que corresponde ao abandono de uma posição de sujeito como capaz de escolher. Porém, no discurso das mulheres, normalmente, não se põe de manifesto uma demanda por filhos tão monolítica, quanto o é, no campo das novas tecnologias reprodutivas. Em sua experiência mais ampla, o desejo de maternidade, não ocupa um campo tão puro. Elas falam também de seu lugar cocriativo, organizam um lugar para seu corpo, casamento, para as perguntas dos outros e um intenso trabalho de imaginação na construção de suas subjetividades.

IHU On-Line – Quais os impactos que estas práticas têm nas adoções e como isso se reflete socialmente?

Marlene Tamanini – É frequente que se escute a pergunta a respeito de por que os casais não adotam quando se fala em reprodução assistida. Estes conteúdos sobre adotar, ou ter filhos seus são de ordens diferentes. A questão da adoção, se choca frontalmente, com a decisão por reprodução assistida e muitos casais que buscam estes tratamentos já têm filhos adotados. Eles querem garantir semelhanças físicas e psíquicas e querem garantir continuidades genéticas, nem sempre reconhecidas nos adotados. Acreditam que com os seus, o futuro será

menos incerto e que a semelhança consanguínea e psíquica fundamenta os processos de filiação. Nos casos de casamentos lésbicos tem aparecido a relação de afeto, como uma relação que se amplia quando duas mulheres têm filhos e parece que a partir deste lugar esta relação é normatizada porque se restabelecem as hierarquias geracionais, mães, pais e avós. Os filhos as reinserem na família de origem segundo estudo de Amorim (2013). A reprodução assistida não parece impactar decisões sobre a adoção, em parte porque muitos casais em reprodução assistida já adotaram, em parte porque nem todos que adotam estão em condições de fazer reprodução assistida. Estas são experiências e decisões de ordens diferentes. Evidentemente envolvem valores de diversas complexidades que necessitam de análises. Desejo de filhos e desejo de maternidade, demanda por filhos podem estar em lugares diferentes, ao mesmo tempo que paradoxalmente juntos. A ausência de filhos é um tema mais complexo do que sua leitura como um problema de infertilidade física. A maternidade implica-se com uma construção que se inicia muito antes de chegar a enfrentar-se com qualquer sentido de decisão para ser mãe.

IHU On-Line – Como esse discurso social sobre a maternidade ilustra valores patriarcais e como as ideologias de gênero aparecem neste contexto?

Marlene Tamanini – No campo da reprodução assistida segue-se importante processo de essencialização da maternidade biológica. Para os médicos, filho ainda é percebido no contexto da representação sobre o instinto, como de base genética, portanto, considerado uma relação vital desesperada, que busca perpetuar a espécie. Desta falta de contexto e de relação histórica datada sobre a maternidade, demarca-se uma ordem de mundo que reproduz muitos processos de intervenções, mas com poucos questionamentos sobre a construção de outras possibilidades para a vida em família, mas sobretudo para o ser mulher. O modelo normativo segue sendo o heterossexual, ainda que já tenham entrado pessoas LGBTT nestes processos. A centralidade destes processos ocorrem sob a centralidade da mãe e a paternidade não tem sido discutida com o mesmo investimento simbólico e tecnológico. O homem infértil se torna pai na condição de marido, nem sempre a paternidade é de fato intencional. O anonimato da doação de sêmen tem permitido a manutenção de mecanismos de proteção para crianças e para doadores, mas de outro lado, tem ajudado a protelar a discussão sobre a possibilidade de outras pessoas entrarem nos processos reprodutivos. O anomimato esconde o doador e reforça o pai biológico sob uma falta biológica. Se houvesse o aparecimento do doador, o estatuto do pai biológico sob o signo da falta sofreria um deslocamento para outras esferas, a do marido da mãe, ou do pai social, como já o é para adoção. Existem ainda silêncios e preconceitos que não atingem só as mulheres, mas que fazem com que o processo de subjetivação impeçam os homens de olhar para sua infertilidade sem que se pensem impotentes sexualmente. É comum que eles sintam que não podem demonstrar fraqueza sob pena de comprometerem seu dever de heteronormatividade. Eles devem eliminar dúvidas sobre a assimetria hetero e homo. Receber sêmen é confundir essas fronteiras e cair no vazio genético. A mulher do casal heterossexual não se localiza nesta fronteira. Receber óvulos lhe dá a condição de gestar e amamentar. O físico dá ao social uma prova e o anonimato resguarda o casal ao olhar do outro. Outro aspecto, dentre muitos outros presentes no discurso social da maternidade diz respeito a própria política de reprodução que carece de politização da maternidade. Não se tem considerado o cuidado para com os filhos, sequer as políticas de renda. Ausência de políticas que sejam facilitadoras de apoios aos cuidados e sem a administração equitativa do tempo do cuidar, no seu sentido amplo; não só da assistência à vulnerabilidade, ou as necessidades de pessoas que perderam sua autonomia, mas como preocupação e solicitude em direção as mudanças, e, na construção de estratégias de inserção das cuidadoras nas proteções que lhes devem ser devidas por parte do Estado. Necessita-se de uma compreensão de cuidado que envolva uma comunidade mais ampla, face às pessoas consideradas vulneráveis e necessitadas. Tomar maternidade como parte do trabalho da sociedade, tanto cultural, como simbólico, metafórico, afetivo e político, poderia contribuir para desconstruir a insistência sobre uma determinada constituição do ser feminino e de sua compleição. Essa instância poderia estar fora da essencialização de uma vida, e ocupando um lugar nas escolhas como possibilidades, nunca o lugar da imposição.

Bibliografia

FITO Carme. Identidad, cuerpo y parentesco: Etnografia sobre la experiencia de la infertilidad y la reproducción asistida en Cataluña. Barcelona: Ediciones Bellaterra, 2010. 362 p.

LAQUEUR, Thomas. La construccion del sexo. Cuerpo y género desde los griegos hasta Freud. Madrid: Ediciones Cátedra, 1994. p. 15 – 53

_____. De sexo Cronometrado ao Casal infértil. GROSSI, Miriam; PORTO, Rozeli; TAMANINI, Marlene (org.). Novas Tecnologias Reprodutivas conceptivas: Questões e Desafios. Brasília: letras Livres, 2003. p. 123-136.

_____. Tecnologias conceptivas: da intervenção tecnológica à moral do ter que fazer. In: MINELLA, Luzinete Simões; FUNCK, Susana (Org.). Saberes e fazeres de gênero: entre o local e o global. Florianópolis, 2006. p. 271-293

_____. Tecnologias reporductivas conceptivas: imperativo da maternidade? Ou outro lugar de fala? In: RIAL, Carmen; PEDRO, Joana Maria, AREND, Silvia Maria Favero. Diversidades: dimensões de gênero e sexualidade. Florianópolis: Editora mulheres, 2010. p. 209-231.

TAMANINI, Marlene. Gendrificação, ciência e ética em contextos de experiência reprodutiva. Rev. Pistis Praxis., Teologia Pastoral., Curitiba, PUC, v. 4, n. 1, p. 107-134, jan./jun. 2012.

THERY, Irène. "El anonimato en las donaciones de engendramiento: filiación e identidad narrativa infantil en tiempos de descasamiento". Revista de Antropologia Social. Madrid: Universidad complutense de Madrid, v.18, p.21-42, 2009.